

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO Nº DE 2007
(Do Sr. Lobbe Neto)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação e Cultura, com a finalidade de debater os critérios adotados pelo Ministério da Educação para avaliação e distribuição de livros didáticos para escolas públicas.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Excia, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública, com a finalidade de debater os critérios adotados pelo MEC para avaliação e distribuição de livros didáticos para as escolas públicas.

JUSTIFICAÇÃO

Preocupado com a matéria veiculada, no dia de hoje, 19/09/2007, no jornal de grande circulação nacional “O Globo” – O País – pág. 12, sob o título “*Livro reprovado pelo MEC é usado em escolas*” é que requeiro essa Audiência Pública para que seja esclarecido a esse Parlamento os critérios adotados pelo MEC para avaliação e distribuição de livros didáticos nas escolas públicas, (segue reportagem do jornal “O GLOBO” na íntegra “)

“O GLOBO Quarta-feira, 19 de setembro de 2007 Pág. 12 O País

Livro reprovado pelo MEC é usado em escolas - Demétrio Weber

POLÊMICA NA EDUCAÇÃO: Volume da "Nova História Crítica" para a 8ª série tem erros e sairá do catálogo para 2008

Desde 2002, governo já gastou R\$12,3 milhões com obra que chama ditador chinês Mao Tsé-Tung de estadista

BRASÍLIA. Reprovado pelo Ministério da Educação (MEC) este ano, por falhas de conteúdo, o livro didático "Nova História Crítica - 8ª série", da Editora Nova Geração, continua sendo usado em salas de aula do país. Só em 2007, o ministério comprou e enviou a escolas públicas 89.217 exemplares e 1.562 manuais do professor. Antes de ser vetada para novas aquisições, a obra foi aprovada pelo menos duas vezes por especialistas de universidades públicas contratadas pelo MEC, tanto no governo Fernando Henrique quanto no governo Lula. Desde 2002, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação distribuiu 1,8 milhão de exemplares, ao custo de R\$12,3 milhões.

Com a reprovação, a coleção "Nova História Crítica", formada por quatro volumes para as turmas de 5ª a 8ª série, deixará de fazer parte do Programa Nacional do Livro Didático em 2008. A coordenadora-geral de Estudos e Avaliação de Materiais da Secretaria de Educação Básica, Jane Cristina da Silva, disse que a obra foi excluída por problemas de conteúdo, mas não revelou os erros apontados pela equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Segundo ela, há três possibilidades: 1) erros conceituais ou de informação; 2) incoerência metodológica; 3) difusão de preconceitos, doutrinação ideológica, político-partidária ou propaganda.

A "Nova História Crítica" é uma das 53 coleções excluídas na última avaliação do MEC, que analisou 144 títulos. O ministério não divulga os livros reprovados, atendendo a pedido das editoras. Só as obras selecionadas entram no Guia

Nacional do Livro Didático, encaminhado às escolas públicas para que os professores escolham os títulos para o ano seguinte.

- A gente não quer fazer execração pública - disse Jane Cristina.

Em 2005, livro já foi considerado maniqueísta

O MEC só rompeu o sigilo, confirmando que a obra foi reprovada, após a publicação ontem, no GLOBO, de artigo do jornalista Ali Kamel, que transcreve trechos do livro da 8ª série. Ao comentar a derrocada da União Soviética, o autor Mario Schmidt escreve na página 304 (edição de 2007): "Principalmente a intelligentsia (os profissionais com curso superior) tinham (sic) inveja da classe média dos países desenvolvidos, que podia viajar e consumir tantos produtos". Em outro trecho, o fundador da República Popular da China, Mao Tsé-tung, é apresentado como um "grande estadista e comandante militar".

O livro foi aprovado com ressalvas, entre 2000 e 2001, quando ocorreu a avaliação dos títulos para 2002. Recebeu uma estrela, numa escala de três. O parecer divulgado no guia de 2005 faz críticas ao livro da 8ª série. Segundo o guia, a obra se propõe a mostrar a história sob a "ótica dos vencidos", mas tropeça no "maniqueísmo" e na visão "simplificada dos processos e contradições sociais". "A anunciada perspectiva "crítica" associa-se mais à utilização de uma linguagem marcada pela excessiva informalidade do que pela formação de um aluno capaz de pensar e compreender o procedimento histórico", diz o guia. "

Diante da gravidade do fato na notícia veiculada e por tratar-se de assunto afeto a essa Comissão de Educação, é de fundamental importância a realização desta audiência pública. Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 19 de setembro de 2007

Deputado Federal LOBBE NETO